

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DE VARGEM GRANDE – MA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2014-2020)

SILVA, Porfíria Maria Oliveira Claretiano
Centro Universitário, São Luís - MA, porfiraoliveiras@yahoo.com.br

SOUZA, Vitoria Raquel Pereira de
Universidade Estadual do Maranhão, São Luís - MA, vrp.souza@hotmail.com

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de
Universidade Estadual do Maranhão, São Luís - MA, svalbuquerque@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho decorre de uma pesquisa interinstitucional, coordenada pela Rede de Estudos e Pesquisas sobre Planejamento e Gestão Educacional (REPLAG), que integra pesquisadores de universidades públicas e privadas das cinco regiões do país, incluindo-se a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, Formação de Professores, Profissionalização e Trabalho Docente (GEPGEFOP) – DGP/CNPq. O estudo, em sua amplitude, objetiva analisar o processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação em trinta municípios de dez estados brasileiros, das cinco regiões do Brasil, após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Os três municípios maranhenses escolhidos pela pesquisa atenderam ao critério de possuírem acima de 200 mil habitantes; entre 50 mil e 100 mil habitantes e abaixo de 20 mil habitantes, sendo, respectivamente, São Luís, Vargem Grande e Serrano do Maranhão. O recorte temporal da pesquisa corresponde ao intervalo de 2014 a 2020, que marca o grande movimento de instâncias públicas e da sociedade civil na aprovação e na formação de esquipes de monitoramento e avaliação das 20 Metas do PNE. Embora a pesquisa contemple três municípios, este estudo traz os primeiros achados somente do município de Vargem Grande, que apresenta uma população estimada em 56.510 habitantes, segundo dados do IBGE (2019). Os mesmos dados apontam uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 88,9%, o que indica que esse município não garantiu a universalização do ensino fundamental obrigatório. Vargem Grande possui sistema público de ensino, instituído desde o ano de 2003, contando 74 escolas do ensino fundamental, 6 do ensino médio, 104 docentes. A avaliação externa tem indicado que a situação educacional deste município revela

IDEB de 4,3 nos anos iniciais e 4,0 nos anos finais. A Educação Básica atende 10.911 matriculados em 2018 (IBGE, 2019). Outra constatação da pesquisa foi a de que o Plano Municipal de Educação (PME), desse município, foi aprovado por meio da lei nº 587 de 22 de junho de 2015 aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 (PME - 2015/2025). O IDEB auferido pelo município no ensino fundamental, na última avaliação do MEC/INEP, por si, revela que o PME constitui importante política para garantir a elevação dos indicadores de qualidade da educação nesse município. Como achados iniciais, a pesquisa identificou que houve a criação do Fórum Municipal de Educação por meio do Decreto nº 052, de 05 de setembro de 2013. O Decreto de criação do Fórum define que o mesmo seja uma instância de participação da sociedade civil organizada, integrando, assim, membros representantes, titulares e suplentes, órgãos e entidades representativos da sociedade civil organizada e do poder público. Analisamos relatórios de monitoramento e avaliação elaborados pela Secretaria Municipal de Educação para apreender o movimento em torno do atingimento das metas, bem como o processo de participação social no âmbito do monitoramento. A análise das fontes documentais foi realizada em interlocução com a literatura concernente à temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou por meio dos relatórios de monitoramento do município de Vargem Grande que os registros que foram disponibilizados sobre o monitoramento e a avaliação das metas são frágeis, pois não conseguem expressar com exatidão os movimentos sociais que da gestão e outras entidades frente a implementação do Plano Municipal de Educação, conforme explicitado na análise. Assim, não é possível afirmar que a participação social foi efetiva, pois só é possível perceber a menção de nomes de representativas no relatório geral de monitoramento, não trazendo a baila o contexto das reuniões, isto é, as reuniões, a elaboração de indicadores de acompanhamento da implementação ou outro instrumental que possamos analisar os limites e possibilidades de implementação de cada meta, bem como o envolvimento das diferentes representações no acompanhamento e fiscalização dessa política pública que é extremamente importante para o desenvolvimento local e nacional. É possível sinalizar que a redução do repasse dos recursos federais também tem impacto sobre a implementação do Plano Municipal, em especial porque o atual governo é ultraconservador e até o momento não apresentou nenhum projeto educacional condizente com a necessidade e a realidade do país.

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, S.V. **Formação continuada de professores no estado do Maranhão: do plano de desenvolvimento da escola (PDE) ao plano de ações articuladas (PAR)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de Brasília, 2013. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14530/1/2013_SeverinoVilardeAlbuquerque.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

BATOLOZZI, Eliza Ferreira e FONSECA, Marília (Organizadores)- **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21- Brasília : Liber Livro**, 2013.

BHERING, Eliana; ABUCHAIM, Beatriz. **Monitoramento da Educação Infantil pública: possibilidades e conteúdos. Temas em destaque**, 2014. Disponível em <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2875&ved=2ahUKEwj7osvVuMbsAhWkHrkGHZY9AK0QFjAAegQICxAC&usq=AOvVaw1C4wH4qujQETg3luihAJEL>> Acesso em 16 out. 2020.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação**.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Acessado em: 18/06/2020. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.

COUTO, José Cláudio Diniz. **Descontinuidade das ações públicas em educação**. 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis, Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/poster-gt05-3650.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2020.

DA SILVA, Leandro Vitoriano e OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira - O Plano Nacional de Educação: da autonomia construída a autonomia decretada. Revista Teias, v. 17, n. 47 (Out.-Dez.,2016): O avanço do conservadorismo nas políticas curriculares

DE CASTRO, Ana Cristina; DO NASCIMENTO, Alaide; DO NASCIMENTO, Isabel Cristina PD. EJA EM QUESTÃO: crise no governo atual e a resistência popular. **PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE**, v. 11, n. 1, p. 107-118, 2020.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; GOUVEIA, Andrea Barbosa; ARAÚJO, Heleno. Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024.

DOURADO, Luiz Fernandes - Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política . Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010

FERNANDES, Pedro. Maranhão é o primeiro Estado a entregar ao MEC o Plano Estadual de Educação. **Blog Pedro Fernandes**. Maranhão, 2014. Disponível em:<https://blogdopedrofernandes.wordpress.com/tag/plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em:20 de jun. de 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

IVO, Andressa; HYPOLITO, Álvaro. O Plano de desenvolvimento da Educação uma análise no contexto escolar. Rio Grande do Sul,2008.

MARANHÃO, Secretaria de Estado de Educação. Abertas as inscrições para as Conferências Intermunicipais de Educação. Site oficial da SEDUC. Maranhão, 2018. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/abertas-as-inscricoes-para-as-conferencias-intermunicipais-de-educacao/>. Acesso em: 26 de out. de 2020.

MARANHÃO, Secretaria de Estado de Educação. Conferência de educação reúne mais de 500 delegados em São Luís. **Site oficial da SEDUC**. Maranhão, 2018. Disponível

em:<https://www.educacao.ma.gov.br/?s=conferencias+doplanoestadual+de+educa%C3%A7%C3%A3o&submit=Search>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

MARANHÃO, Secretaria de Estado de Educação. **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação 2014-2017**, São Luís, MA, 2018. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/files/2017/10/RELAT%C3%93RIO-PEE-MA-finalizado-com-as-%C3%BAltimas-corre%C3%A7%C3%B5es-1.pdf>. Acesso em:20 de jun. de 2020.

MENEZES, Janaína; SOUZA, Donaldo. Monitoramento e avaliação nos Planos Estaduais de educação consoantes ao novo PNE. **Pro-posições**, 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0068>> Acesso em 16 de out. 2020.